

# Franco-atiradores na cozinha: a teoria do Estado e o ciclo de esquerda na América Latina<sup>1</sup>

*Juan Carlos Monedero<sup>2</sup>*

**Resumo:** Em meio à turbulência política em curso na América Latina, o artigo mobiliza os recursos da teoria do Estado, de Gramsci a Poulantzas, para fornecer uma análise crítica comparativa do ciclo de governos de esquerda na Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina e Brasil.

**Palavras-chave:** Estado; América Latina; Governos de esquerda; Gramsci; Poulantzas.

SNIPERS IN THE KITCHEN: STATE THEORY AND LATIN AMERICA'S LEFT CYCLE

**Abstract:** Amid ongoing political turbulence in Latin America, the article mobilizes the resources of state theory, from Gramsci to Poulantzas, to provide a comparative critical analysis of the cycle of left governments in Venezuela, Bolivia, Ecuador, Argentina and Brazil.

**Keywords:** State; Latin America; Left governments; Gramsci; Poulantzas.

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente em espanhol *na New Left Review*, n. 120, enero-febrero 2020, pp. 7-38, sob o título “Francoatiradores en la cocina. La teoría del Estado y el ciclo de izquierda en América Latina”. Tradução Maria das Graças.

<sup>2</sup> Professor da Universidade Complutense de Madri e diretor do Instituto 25M Democracia.

A questão do poder estatal é um dos temas mais complexos para a política emancipatória. Mesmo quando os partidos populares com agendas redistributivas alcançam maiorias eleitorais, e, em princípio, ganham acesso às alavancas de poder do governo, enfrentam uma multidão de obstáculos na hora de cumprir suas promessas de campanha. Não tomam plena posse do Estado, como se se tratasse de um novo lar: nos quartos pode haver armadilhas, e nas escadas, barricadas; na cozinha, franco-atiradores que não são avistados, apenas presumidos, pois são tanto mais eficazes quanto não estão à vista. Como Lênin lembrava a Kautsky, inclusive quando são expulsos de seus cargos, “os exploradores” ainda conservam muitas vantagens práticas: dinheiro, propriedade, educação superior, conhecimento dos “segredos” do governo, normas de organização, conexões estreitas com os altos cargos etc.<sup>3</sup> Nas democracias liberais, enormes pressões podem ser exercidas sobre os governos radicais, seja em escala municipal, estadual ou federal. Tanto os principais meios de comunicação como o poder judiciário, os serviços de inteligência ou os partidos da oposição podem entrar em cena com escândalos provocados por trivialidades, assédio judicial, golpes sujos ou manobras políticas, até mesmo antes de se considerar as pressões do mercado. Se não queremos ficar presos num estado permanente de melancolia, precisamos de uma análise minuciosa da enorme capacidade de reação do Estado em defesa dos interesses do capital.

Essas questões são centrais na hora de fazer uma avaliação do ciclo de governos de esquerda na América Latina, iniciado com a vitória de Chávez na Venezuela em 1998 e continuado com a chegada ao poder de Lula no Brasil, Néstor Kirchner na Argentina, Tabaré Vázquez no Uruguai, Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador. Pode-se dizer que o final do ciclo coincide com a vitória de Maurício Macri na Argentina em 2015, seguida pelas vitórias de Sebastián Piñera no Chile em 2018 e de Jair Bolsonaro no Brasil no ano seguinte. Mas, no momento em que escrevo estas linhas, o panorama político continua sendo ferozmente disputado, com novas rebeliões contra a ortodoxia liberal no Chile e na Colômbia, a

---

<sup>3</sup> LENIN, V. I. La revolución proletaria y el renegado Kautsky in LENIN, V. I. *Obras completas de Lenin*. vol. 28. Moscú: Editorial Progreso, 1974, p. 104 y ss.

contrarrevolução na Bolívia, as sucessivas tentativas de derrubar Maduro na Venezuela e novas vitórias da centro-esquerda no México e na Argentina.

Uma rica literatura identificou as raízes dessa experiência nas crises do modelo neoliberal que ocorreram em todo o continente latino-americano nos finais da década de 1990 – pressagiando aquelas que golpeariam os países capitalistas avançados a partir de 2018 – e sua coincidência com o superciclo das matérias-primas, liderado pela China. Em um dos textos mais emblemáticos sobre aquele apogeu, o estrategista brasileiro Emir Sader situou a resposta política marcadamente esquerdista da América Latina a tal conjuntura no contexto da longa tradição do continente em matéria de revoltas populares<sup>4</sup>. Desde então, as análises centraram-se principalmente em questões subjetivas: estudos de movimentos sociais, protestos e sindicatos, tanto em escala continental quanto nacional. Dentre elas, uma das contribuições mais originais – a do acadêmico René Rojas – se propõe a explicar os limites dos governos da “maré rosa” em termos da debilidade estrutural das classes populares na América Latina depois de décadas de programas do FMI, em contraste com as organizações operárias militantes da década de 1960, esmagadas pelo peso das ditaduras militares da década seguinte<sup>5</sup>. Apesar disso, até agora, tem havido pouca análise comparativa entre países com relação à recente experiência dos governos de esquerda com o poder estatal.

## O problema do método

Um estudo desse tipo precisaria de quais fundamentos conceituais? As teorizações das ordens estatais e interestatais têm sido um elemento básico do pensamento político – em Maquiavel, Hobbes, Espinosa, Hegel, Weber, Lênin, Gramsci, Mann, Tilly, Fukuyama – utilizado com frequência

<sup>4</sup> SADER, Emir. América Latina, ¿el eslabón más débil?, *NLR* 52, septiembre-octubre de 2018.

<sup>5</sup> ROJAS, René. The Latin American Left’s Shifting Sands, *Catalyst*, v. 2, n. 2, verão de 2018. Ver também os estudos dedicados a países específicos recolhidos em SILVA, Eduardo e ROSSI, Federico (editores). *Reshaping the political arena in Latin America: from resisting neoliberalism to the second incorporation*. Pittsburgh (PA): University of Pittsburgh Press, 2018.

para dar uma resposta às crises, guerras e revoluções que marcaram o nascimento e ulterior devir do Estado moderno. Ao articular meia dúzia ou mais de perspectivas contemporâneas, a obra de Bob Jessop oferece uma caixa de ferramentas conceituais que se mostram úteis na hora de abordar a tarefa. Escritor inglês pertencente à tradição da nova esquerda, compreendida num sentido amplo, as primeiras contribuições de Jessop centraram-se nas teorias do Estado marxistas e poulantzianas; ensinou no Departamento de Sociologia da Universidade de Lancaster desde 1990, depois de um período de 15 anos ministrando Teoria do Governo na Universidade de Essex. Seu livro mais recente, *The State: past, present, future*, resume quase 40 anos de estudo.<sup>6</sup>

A abordagem proposta por Jessop consiste em não estabelecer uma teoria geral do Estado, isto é, uma explicação que compreenda suas origens, leis de movimento e curso de desenvolvimento, sem referência a outros tipos de investigação. Argumenta que o polimorfismo desse mecanismo de governo (tipificado nos palácios mesopotâmicos, burocracias acadêmicas, cacicados complexos, cidades-Estados, as primeiras monarquias modernas, transplantes coloniais e pós-coloniais, os partidos-Estado ou as democracias liberais capitalistas) e seus contextos múltiplos e mutantes sugerem, ao contrário, a necessidade de um método combinado de estudo de casos históricos comparativos e análises conjunturais. O objeto, então, não é “o Estado”, mas “os Estados” modernos, cujos determinantes são, como disse Weber, o território, a população e o aparato de governo, aos quais Jessop acrescentaria a “ideia de Estado”. Mas isso não pode ser entendido sem que se faça referência ao sistema mais amplo de formas políticas em disputa – impérios multinacionais, teocracias militarizadas, baronias feudais, confederações tribais, zonas sem lei – dentro das quais os Estados modernos lutaram para abrir caminho até alcançar uma posição de predomínio; sem considerar as estratégias discursivas e coercitivas por meio das quais são assegurados o consentimento da população; e sem levar em conta as sucessivas hierarquias interestatais nas quais se

---

<sup>6</sup> Ver JESSOP Bob. *The State: Past, Present, Future*. Cambridge: Polity Press, 2016. Obras anteriores incluem JESSOP Bob. *State Power*. Cambridge: Polity Press, 2008 e JESSOP Bob. *The Future of the Capitalist State*. Cambridge: Polity Press, 2002.

cristalizaram.<sup>7</sup> Jessop assinala que as estruturas internacionais de riqueza e poder adquiriram uma nova proeminência para os Estados nacionais na era da globalização, introduzindo formas de controle – empresas e bancos multinacionais, organismos supranacionais – que não precisam prestar contas a ninguém, mas que são capazes de penetrar nas estruturas sociais de tais Estados. Ao mesmo tempo, o poder econômico está mais do que nunca vinculado ao poder dos meios de comunicação, dada sua capacidade de transmitir e promover valores culturais específicos, e às tecnologias de vigilância. Não há dúvida que atualmente os Estados são capazes de exercer um grau maior de controle social do que se poderia ter imaginado há vinte anos.

Na esteira de Nicos Poulantzas em *L'État, le pouvoir, le socialisme* (1978), Jessop argumenta que um Estado não é um instrumento neutro ou uma ferramenta passiva que oferece as mesmas restrições e oportunidades a todos os atores sociais; também não deve ser concebido, como na ciência política predominante, como algo separado da sociedade mais ampla sobre a qual governa. Ao contrário, como sugeriu o politólogo grego, a constituição formal-institucional de um Estado – seu aparato, seus modos de representação, suas ideias de governo – reflete uma cristalização histórica do equilíbrio das forças sociais em seu território nacional e para além dele. Para Jessop, que adota nesse ponto os termos de Gramsci, essa condensação material representa os interesses do bloco dominante, dos vencedores das lutas sociais passadas: do capital sobre o trabalho, dos homens sobre as mulheres, dos brancos sobre os negros e povos indígenas, e do centro sobre a periferia. Porém o pacto estatal também está marcado pelos compromissos alcançados com as forças regionais e de classe de maior espectro e pelas formas discursivas ou “visões hegemônicas” com as quais se ganha o consentimento dos governados e projeta suas próprias metas como questões de interesse nacional. É nesse sentido que se deve entender a formulação “certamente enigmática” de Poulantzas, segundo a qual “o Estado é uma relação social”. Seu modo de funcionamento tem

---

<sup>7</sup> *Ibidem*, pp 5, 7 e seguintes. Este ensaio manterá aberta a possibilidade de uma forma de análise intermediária que combine considerações gerais sobre uma forma específica de Estado com o estudo de casos locais concretos.

riscos inerentes – Jessop chama isso de “seletividade estratégica” – que refletem os interesses do bloco dominante; dessa forma, o Estado liberal-democrático é tanto representativo quanto hierárquico. Contudo, o equilíbrio de forças subjacentes está sujeito a mudanças, como resultado das transformações registradas na economia, da evolução social ou do impacto de forças externas, o que pode levar o Estado a uma crise e colocar seus agentes na situação de responder e se adaptar.<sup>8</sup>

Desse ponto de vista, não é “o Estado” quem atua; mas, antes, os poderes de um Estado são ativados por conjuntos cambiantes de líderes, funcionários e políticos situados dentro de diferentes instituições estatais, que, com frequência, atuam em resposta a pressões externas, refletindo o equilíbrio de forças em escala nacional ou internacional. Ao mesmo tempo, a matriz institucional do próprio aparato estatal – o núcleo do complexo jurídico-político-coercitivo: os poderes executivo e legislativo, judiciário, burocrático, dos serviços de inteligência, das forças armadas etc. – é uma mescla heterogênea, dentro da qual a distribuição de poderes varia. O peso relativo dos poderes executivo e legislativo, o papel superior exercido pelos ministérios poderosos (Economia, Interior), a prestação de contas (ou a corrupção) da burocracia, as rivalidades entre os serviços de inteligência ou as forças de segurança, provavelmente refletem as relações presentes fora do Estado, assim como perspectivas institucionais estreitas e ciúmes. Para que possa atuar de maneira coerente, o aparato estatal tomado em seu conjunto necessita estar unificado por uma série de ideias guia – um projeto de Estado, nos termos de Jessop – que proporcionem uma orientação geral e que moldem as formas que serão adotadas por sua “seletividade estratégica”. Esse projeto é mais restrito e difere das visões hegemônicas por meio das quais o bloco dominante pretende unificar, por trás de seu domínio, a formação social em sentido amplo para legitimar o poder estatal. Os modos de representação – os sistemas eleitorais e os partidos políticos, mas também o “aparato ideológico” dos meios de comunicação, os sistemas educativos e as religiões estabelecidas – são as

---

<sup>8</sup> JESSOP, Bob. *The State: Past, Present and Future*. Cambridge: Polity Press, 2016, pp. 54-56 e 86. Por “forças sociais” Jessop entende não somente as classes em luta, mas também os agrupamentos regionais, raciais, religiosos ou étnicos, com o gênero como fator transversal a todas elas.

correias de transmissão fundamentais para a reprodução e a contestação de seu domínio.<sup>9</sup>

Essa perspectiva, que Jessop denomina enfoque estratégico-relacional, sugere uma noção dinâmica e multifacetada das formas de Estado, cujas operações devem ser compreendidas no contexto das mudanças econômicas e sociais mais amplas, que têm lugar em seu território de referência, assim como, mais em geral, no mercado mundial e nos sistemas interestatais dos quais faz parte. Ele oferece uma fórmula com a qual se pode examinar o poder estatal de maneira mais rigorosa e comparativa. Se voltamos nosso olhar, retrospectivamente, para as teorias estatais produzidas nos últimos trinta anos, nossa perspectiva atual deveria parecer mais radical e menos otimista. Essa abordagem pode ser uma vacina tanto contra o otimismo como contra o pessimismo, que nos permita operar sobre a base de um realismo esperançoso. Quando chegam ao governo, as forças políticas radicais que propõem um novo projeto para o país entram inevitavelmente em conflito com os interesses criados que operam dentro do aparato estatal. Ao carecer de conexões orgânicas com as estruturas de poder econômico, ideológico e político existentes, elas terão dificuldades para governar se não possuírem as ferramentas necessárias para combater a “seletividade estratégica” do Estado. Devem evitar a tentação de utilizar os mesmos canais estabelecidos por um governo conservador – por exemplo, as redes de corrupção ou as forças criminais coercitivas do Estado profundo –, não somente porque isso desacreditaria moralmente o seu projeto, mas também porque outras instituições necessárias que poderiam apoiar tacitamente a corrupção e a coerção conservadoras, como os tribunais, o poder legislativo e os meios de comunicação, não estariam disponíveis para estas forças políticas radicais.

Para analisar a prática e os resultados dos governos de esquerda da América Latina em relação aos seus Estados, temos de esboçar em cada caso os processos históricos de sua constituição e logo examinar o equilíbrio de forças que levou as novas esquerdas e os centro-esquerdas ao poder, as visões hegemônicas que propuseram, sua história na mobilização

---

<sup>9</sup> *Ibidem.* Um dos princípios propostos por Samuel Huntington a seus colegas em seu informe para a Comissão Trilateral, *Crisis of democracy* (1975), era a necessidade de reduzir o conteúdo ideológico dos principais partidos políticos.

dos projetos estatais e, por último, as formas de resistência ou os vieses políticos “estratégico-seletivos” que tiveram de enfrentar durante as conjunturas cambiantes de seu tempo no governo. É desnecessário dizer que no espaço ocupado por este artigo tal investigação pode ser tão somente esquemática. As análises do poder estatal com frequência correm o risco de tentar fazer uma recontagem total, mas devemos recordar a lição daquele relato de Borges, *Funes el memorioso*, no qual a memória prodigiosa do herói anônimo o impede de pensar. Um exame exaustivo pode produzir uma clara noite estrelada na qual é impossível discernir as constelações. O que se segue, pois, será telegráfico ao extremo e irá centrar-se unicamente nos grandes casos da Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina e Brasil, dentro de um marco comparativo. Muitas questões relevantes serão inevitavelmente omitidas. Apesar disso, como dá a impressão de que essas perguntas sobre a experiência da “maré rosa” ainda não foram formuladas, pode ser útil apontar algumas respostas provisórias, com a esperança de que outros as ampliem e corrijam.

Para além de suas similitudes e das ondas sincrônicas que marcaram a história do continente (guerras de independência a partir da década de 1810, estabilização oligárquica desde a década de 1870, crise e insurgência populista desde a década de 1930, ditadura militar desde a década de 1960, democratização e neoliberalização conjuntas desde a década de 1980), os pactos fundacionais dos Estados latino-americanos revelam tanto contrastes quanto elementos comuns. Em primeiro lugar, se empregamos as determinantes iniciais de território, população e aparato de governo de Jessop, ao longo da vasta e variada topografia do continente e das estruturas sociais diferenciadas das populações pré-colombianas, os ciclos de dominação imperial espanhola e portuguesa impuseram modelos de governo contrapostos. Se bem que esse legado tenha dividido as terras altas andinas hispânicas e o cone sul do Brasil lusófono, os padrões de formação do Estado argentino também diferem daqueles dos Estados andino-caribenhos aqui considerados, inclusive mais do que tem variado entre si os caminhos do desenvolvimento do Estado da Bolívia, do Equador e da Venezuela. Dito isso, um exame dos Estados sul-americanos deve começar com a matriz do século XIX da qual surgiram.

A crise terminal do império latino-americano da Espanha foi desencadeada pela Revolução Francesa e pela conquista de Madri por



Napoleão: os ideais do Iluminismo e as constituições liberais da Filadélfia e Cádiz proporcionaram modelos para as repúblicas presidencialistas que surgiriam, mas Bolívar e seus camaradas operaram numa paisagem social diferente. Nos altos Andes, o domínio espanhol havia sido construído sobre a conquista de uma complexa civilização urbana que não tinha equivalente na Nova Inglaterra: o princípio operativo foi a incorporação por meio de subjugação, com matrimônios mistos para promover a obra da Igreja, em oposição à exclusão e ao genocídio praticados nos Estados Unidos. A coerção militar foi utilizada constantemente para submeter as grandes populações nativas e forçá-las a trabalhar nas minas ou nas fazendas da elite crioula, enquanto os filhos mestiços podiam encontrar uma carreira nas milícias privadas dos grandes proprietários de terras. Essas camadas desempenharam um papel central nas prolongadas guerras de independência contra as forças realistas espanholas residuais, assim como no subsequente meio século de guerra impiedosa que demarcou as fronteiras territoriais dos novos Estados-nação.

Por conseguinte, no momento de sua fundação, os novos Estados immanaram as forças políticas do Iluminismo liberal com as estruturas autoritárias do domínio imperial da Espanha dos Bourbons, excluindo as populações indígenas. O modelo constitucional era o da república presidencialista unitária, que compreendia um executivo forte com amplos poderes de veto e decreto; um parlamento débil, que institucionalizava o governo oligárquico mediante um sufrágio restrito; um poder judiciário mais débil ainda, que, em vez de supervisionar o Estado, estava a seu serviço, segundo o modelo romano; privilégios constitucionais para a Igreja e para o exército; e um orçamento militar desproporcional, financiado mediante impostos sobre o comércio exterior ou mediante extorsões às populações indígenas. Na formulação de Jessop, os Estados andinos representavam uma cristalização de lutas passadas – a conquista espanhola, as guerras de libertação – que não oferecia nenhum tipo de concessão ou compromisso para as massas indígenas, ao mesmo tempo que abria às crescentes camadas mestiças a oportunidade de dois gumes representada por uma carreira militar. Com os explorados subjugados pelo chicote e pelo sabre, as principais divisões políticas davam-se entre os próprios exploradores: caudilhos regionais que tentavam apoderar-se do palácio presidencial, ou inflamadas lutas entre liberais anticlericais e conservadores intransigentes,

que reproduziam as falhas ideológicas abertas pela Revolução Francesa. De acordo com Jessop, essas divisões também assinalavam a contradição existente entre as estruturas de mando unitárias assumidas pelo sistema de intendência da Espanha dos Bourbons e o localismo imposto pelas fazendas isoladas, pelos povos longínquos e pelo terreno impenetrável, transformando as viagens entre Potosí e La Paz, Guayaquil e Quito ou Valência e Caracas em empresas perigosas. A Igreja era o único aparato ideológico com ambição de chegar à totalidade da população; os poucos intelectuais e jornalistas liberais das cidades faziam parte das elites falantes de espanhol.

As forças do mercado mundial contribuíram para a consolidação desses maltratados Estados oligárquicos na segunda metade do século XIX. À medida que os grandes proprietários descobriam um novo papel como exportadores de matérias-primas com destino às dinâmicas economias industriais capitalistas do hemisfério norte, encontraram os meios (crédito externo) e a motivação (de modo geral sob presidentes liberais: Guzmán Blanco e, inicialmente, Juan Vicente Gómez na Venezuela, Eloy Alfaro no Equador ou Ismael Montes na Bolívia) para fortalecer e modernizar a infraestrutura nacional (estradas, portos, ferrovias, teatros, universidades, etc.). O sistema interestatal ao qual se incorporaram ainda era composto em grande medida de monarquias imperiais, começando pela da Grã-Bretanha, cujos empréstimos financiaram a inserção dos países latino-americanos no mercado mundial como exportadores especializados em produtos agrícolas e minerais.

A formação do Estado na Argentina supôs outra configuração do território, da população e do aparato institucional. Sem metais preciosos e escassamente povoada, a região do Rio da Prata e a imensidão dos Pampas haviam tido uma importância secundária para a coroa espanhola, que tardiamente outorgou em 1776 um vice-reinado a essas zonas meridionais (que abarcavam o sul atual da Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina). O jugo imperial aqui era mais leve e os trabalhadores rurais – cavaleiros e mestiços sem-terra e camponeses – gozavam de um grau de autonomia maior do que os peões indígenas dos Andes. Buenos Aires já havia desenvolvido um papel informal como porto de contrabando para o tráfico de ouro e prata, carne e peles, assim como para o comércio com os holandeses e britânicos. O estatuto de vice-reinado permitia à cidade

arrecadar impostos aduaneiros, o que significava uma fonte invejável de riqueza. Buenos Aires esteve na vanguarda da Guerra da Independência e foi cenário de um levante popular contra as autoridades espanholas em maio de 1810; mas tinha uma escassa identidade cultural ou infraestrutura material para conectar aquela futura “Paris das Américas” aos longínquos povos missionários e fazendeiros do interior norte-ocidental, de onde os notáveis crioulos miravam antes para o centro imperial do Peru. Os poderosos proprietários provinciais negaram-se a referendar a Constituição *bonaerense* de 1819 em prol de uma República Argentina unitária e modernizadora, com um executivo eleito proporcionalmente à população das províncias; reuniram seus exércitos gaúchos<sup>10</sup> particulares dentro de uma confederação argentina para lutarem pela autonomia regional em relação a Buenos Aires.

O confronto entre esses “projetos hegemônicos”, compreendidos nos termos de Jessop, foi decidido em guerras civis entre as elites, que durariam 40 anos, com a Grã-Bretanha armando os liberais de Buenos Aires. Mas tanto os federalistas – sobretudo Juan Manuel de Rosas, o imensamente rico proprietário ditador que dominou o país entre 1832 e 1852 – quanto os unitários Bartolomé Mitre (1862-1868) e Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874) – autor do imortal *Facundo*, um fulminante retrato socioliterário de um brutal e carismático caudilho da laia de Rosas – coincidiram na construção de um exército para levar a cabo guerras de extermínio contra os habitantes indígenas e travar conflitos fronteiriços punitivos com os vizinhos da Argentina. Paulatinamente foi tomando forma um acordo constitucional oligárquico à base de emendas à Constituição de 1853, o qual estipulava um presidente poderoso eleito por um colégio eleitoral provincial e um Congresso que também se inclinava ao controle provincial por meio de um Senado eleito por sufrágio indireto. Em 1880, com os conservadores instalados no poder, a cidade portuária havia sido liberada, como capital federal, do poderoso controle do governador da província de Buenos Aires, e os impostos portuários fluíam para o Tesouro nacional. Apesar disso, nesta etapa já estava se alterando notavelmente o equilíbrio das forças sociais e econômicas –, sobretudo pela imigração

---

<sup>10</sup> No caso, habitantes da zona rural (pampas), que se dedicam à criação de gado. [Nota da tradutora]

de milhões de trabalhadores dos países mediterrâneos – o que finalmente desafiaria o domínio da oligarquia argentina.

Diferentemente dessas repúblicas hispânicas, o Brasil foi criado como uma monarquia imperial e sua independência declarada pelo príncipe de Bragança, que logo seria coroado imperador com o nome de Pedro I. Enquanto os vastos vice-reinados se dividiam em uma dezena de Estados menores, que aproximadamente abarcavam sete milhões e meio de quilômetros quadrados, mantiveram uma unidade precária. Ali, as relações entre territórios, população e aparato estatal eram também *sui generis*. Nos princípios do século XIX, os portugueses e os luso-brasileiros constituíam uma sexta parte dos três milhões dos habitantes da colônia, enquanto os tupis nativos tinham sido absorvidos em grande medida por meio de matrimônios mistos forçados. A maior parte da população era de ascendência africana: os escravos, de quem dependiam os portos, as plantações e o serviço doméstico – cujo número aumentava em dezenas de milhares de recém-chegados a cada ano –, além de um estrato substancial de artesãos e trabalhadores negros livres portadores de sua própria cultura afro-brasileira. Para a elite, o haitianismo<sup>11</sup> continuava sendo um temor sempre presente.

A fuga da corte portuguesa para a segurança do Rio de Janeiro, em 1808, enquanto o exército napoleônico cercava Lisboa, trouxe consigo os desgastados atributos do governo absolutista. Mas isso não bastaria para unificar as zonas díspares de exportação agrícola estabelecidas sob o sistema português de capitanias – as usinas de açúcar do Nordeste, os pastoreios do extremo sul, o ouro e os diamantes de Minas Gerais, a valiosa madeira da bacia amazônica – nem para reconciliar os poderosos proprietários de terras e as elites provinciais (governadores, notáveis, oficiais militares) com a perda do controle sobre as forças da ordem e as redes clientelistas em suas regiões de origem. Isso se traduziu numa instabilidade permanente no coração do Estado, em que o equilíbrio de forças existente entre os centralistas – o palácio imperial, o exército, os

---

<sup>11</sup> Termo cunhado pela historiografia para se referir ao medo expresso pelas elites brancas em relação à disseminação entre negros escravizados e ex-escravos no Brasil dos princípios políticos da revolução do Haiti, iniciada em 1791, que levou ao fim da escravidão e à independência da colônia (Nota da tradutora)..

ricos comerciantes do Rio e os funcionários estatais – e os oligarcas federalistas pendia de um lado para o outro. A constituição de 1824, redigida pelo palácio, delegou o poder executivo e regulador ao imperador, que designava o Senado e tinha poder para dissolver a Câmara de Deputados. Um sistema de colégio eleitoral de dois níveis para a Câmara permitia um sufrágio relativamente amplo no primeiro turno, que se estendia aos artesãos e aos pequenos comerciantes, embora os eleitores assim escolhidos, que por sua vez selecionavam os deputados de cada província, se restringissem às listas dos notáveis e oficiais. As sucessivas rebeliões provinciais – algumas das quais tornavam-se levantes sociais de massa – foram sufocadas pela força das armas.

Na década de 1880, a crescente confiança de setores alheios ao círculo do imperador (os trabalhadores urbanos politizados, cujas campanhas ajudaram a impulsionar a abolição da escravidão em 1888, o exército, endurecido pelas sucessivas guerras de Pedro II contra o Paraguai, e as pujantes regiões cafeeiras do centro-sul) gerou um apoio de novo cunho ao republicanismo. Contudo, quando os federalistas ganharam a batalha após Pedro II ser deposto pelos militares em 1889, impuseram um sufrágio ainda mais restrito. Sob a Constituição de 1891 dos Estados Unidos do Brasil, o governo federal era controlado pelos estados mais poderosos e a Presidência se alternava entre São Paulo e Minas Gerais. Essa era a ordem oligárquica que a Revolução de 1930 derrotou sob a direção de Getúlio Vargas.

## **Novas forças, novas formas**

As comoções econômicas externas – a quebra da bolsa de Nova York em 1929 e a Grande Depressão – dariam o golpe de misericórdia na maioria dessas formações estatais oligárquicas. A incorporação de suas economias ao mercado mundial como exportadores dependentes dos Estados Unidos e Europa (café do Brasil, carne e trigo da Argentina, cacau do Equador e estanho da Bolívia) fazia supor que a baixa dos preços das matérias primas, quando ocorresse, os golpearia duramente. Porém outras mudanças externas e internas já haviam minado suas bases. O sistema interestatal havia experimentado uma transformação de proporções sísmicas com o surgimento de uma grande potência anticapitalista após a

Revolução bolchevique; os Estados Unidos logo começariam a se preparar para a Guerra Fria. No âmbito interno, novas forças haviam alcançado a maioria com o desenvolvimento econômico (imigração, investimento estrangeiro) sob a supervisão do domínio oligárquico: movimentos operários incipientes, camadas intermediárias politizadas, o surgimento dos partidos socialistas, comunistas, anarquistas e radical-nacionalistas, assim como correntes dissidentes dentro das forças armadas.

De diferentes formas e em diferentes ritmos, os regimes radicais de todo o continente propuseram um novo pacto de Estado, que marginalizava em parte as classes proprietárias de terras, consideradas responsáveis pelos problemas do país, e que pretendia atrair as novas classes trabalhadoras para iniciar um desenvolvimento nacional baseado em um modelo de substituição de importações. Vargas no Brasil, Perón na Argentina, os “socialistas militares” na Bolívia nos finais da década de 1930 e sua revolução, dirigida pelo Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) em 1952; e, no Equador, de maneira mais irregular, as tentativas dos jovens oficiais e seus aliados de arrebataram o controle fiscal dos plutocratas de Guayaquil nas décadas de 1920 e 1930. As consequências – recrudescimento da luta de classes, mobilização dos trabalhadores agrícolas – não foram propositais. O exemplo da Revolução cubana mostrava até que ponto se poderia chegar. A resposta dos oligarcas foi implementada pelos comandos do exército, endurecidos pelo treinamento estadunidense. As ditaduras militares tomaram o poder no Brasil (1964-1985), na Argentina (1976-1983), na Bolívia (1971-1978) e no Equador (1972-1979).

As cautelosas transições das ditaduras à democracia liberal replicariam em grande medida, se bem que com um sufrágio mais amplo, a forma constitucional dos Estados oligárquicos, a saber: uma república presidencialista, um senado dominado pelos interesses conservadores dos proprietários de terras, e forças armadas nunca afastadas do poder. Os contextos externos e internos das novas democracias da América Latina haviam mudado drasticamente. Sua inserção no mercado mundial, com extremo endividamento, agora era governada por poderosas forças institucionais que vigiavam a aplicação da política do chamado Consenso de Washington, sobretudo em relação à privatização de bens do Estado. Dentro do complexo institucional do Estado, o Banco Central e o Ministério

da Economia e Finanças receberam um novo impulso, que refletia o equilíbrio de forças entre o mundo exterior e o interior do país, um equilíbrio que privilegiava os interesses da livre circulação do capital financeiro e descartava os dos trabalhadores. Porém o resultado foi que os partidos liberal-democratas governantes sofreram com os desastrosos colapsos financeiros, os programas de austeridade do FMI e os nefastos abalos sociais da década de 1990. Esse era, portanto, o contexto geral no qual chegaram ao poder os novos governos de esquerda. Resta examinar suas estratégias estatais.

## **Venezuela: bolivarismo armado**

O desenvolvimento precoce da Venezuela como Estado petroleiro situou-se num caminho um pouco diferente dos demais países andinos. Na década de 1920, as rendas do petróleo das companhias estrangeiras que bombeavam na região do lago de Maracaibo eclipsaram as exportações agrícolas tradicionais e transformaram a oligarquia proprietária de terras numa elite financeiro-rentista, com interesses que iam muito além das fronteiras do país. Apesar das breves tentativas, a substituição das importações por meio da industrialização nunca foi uma estratégia viável para um Estado baseado nos petrodólares. Em vez disso, a Venezuela integrou-se firmemente ao mercado petroleiro dos Estados Unidos, enquanto os empresários se converteram em vendedores e franqueados das empresas estadunidenses, que importavam automóveis, roupa e produtos culturais para uma classe média urbana que prosperava no emprego do setor público e se embranquecia com a imigração do pós-guerra, procedente da Itália e da Espanha. As classes trabalhadoras, de pele mais escura, engrossavam as economias informais da periferia urbana. A partir de 1958, o sistema político foi dirigido por dois partidos, o centro-esquerdista Acción Democrática (AD) e o centro-direita Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI), que se associaram para excluir a esquerda enquanto se alternavam no palácio presidencial e dominavam o congresso, repartindo entre os seus partidários as rendas petroleiras, complementadas por empréstimos externos quando aquelas declinavam. Quando o preço do petróleo tocou o fundo, nas décadas de 1980 e 1990, esse sistema neo-oligárquico entrou em uma crise profunda,

exacerbada pelas exigências dos cortes do gasto público propostos pelo FMI e as revelações de corrupção presidencial em grande escala. Em fins da década de 1990, a taxa geral de pobreza era de 86% e a de pobreza extrema, de 65%; tanto sob os governos da AD quanto sob os do COPEI, os distúrbios e os protestos eram respondidos com balas da polícia.

Esse foi o contexto em que Hugo Chávez foi levado ao Palácio de Miraflores, com 56% do voto popular, em uma conjuntura na qual as elites se achavam debilitadas e desacreditadas, porém a massa da população se encontrava desorganizada. A maquinaria estatal – o Congresso, o poder judicial, as mansões dos governadores estatais, a polícia e a Petróleos de Venezuela SA (PDVSA), o conglomerado petroleiro semiprivatizado – estava repleta de partidários do sistema AD/COPEI, enquanto as forças armadas estavam mais fragmentadas, tal como o demonstrava a carreira do próprio coronel Chávez. Embora o equilíbrio internacional de forças estivesse, com certeza, liderado pelos Estados Unidos, para a Venezuela isso foi em certa medida mitigado pelo apoio cubano e pela possibilidade de obter empréstimos da Rússia e da China, semi-independentes do sistema de Washington. Depois de recusar a ortodoxia do FMI e prometer uma campanha imediata contra a pobreza, Chávez propôs a visão de uma revolução bolivariana que substituiria a partidocracia de pele pálida por uma política inclusiva que incorporasse a maioria mestiça. A invocação de Bolívar também indicava uma dimensão internacional, a solidariedade sul-sul, como defesa contra o predomínio global de Washington e do FMI.

Chávez adotou um enfoque radical a respeito do aparato político, assinando um decreto para um referendo sobre a reforma constitucional no mesmo dia em que assumiu o poder, em 2 de fevereiro de 1999. Redigida por uma assembleia eleita, a Constituição da Venezuela de 1999 foi a primeira a ser ratificada por votação popular. Fortaleceu o executivo e um novo ramo de poder “cidadão” às expensas do legislativo, que ficou reduzido a uma assembleia unicameral eleita mediante um sistema majoritário corrigido, com seus poderes de destituição do presidente transferidos para os eleitores por meio de um mecanismo de referendo revogatório; às organizações populares foi atribuído um papel na designação dos juízes do Supremo Tribunal e do Conselho Nacional Eleitoral. Entretanto, em 2001, quando Chávez e a nova Assembleia propuseram uma série de leis sobre a reforma agrária, a segurança social e a atribuição de uma parte das receitas



petrolíferas a programas sociais, depararam-se com a resistência obstinada de outros setores do Estado e seus aliados locais: as forças armadas, a direção da PDVSA, a Federação de Empresários, os canais de televisão e a antiga elite política, com o apoio tácito do Departamento de Estado norte-americano e suas organizações irmãs. Em 2002 os chavistas derrotaram um golpe militar por meio da organização das massas e sobreviveram a uma greve petroleira e à fuga de capitais.

O novo pacto de Estado que surgiu dessas lutas foi um curioso híbrido. Em intensas negociações nos bastidores, Chávez e seus camaradas aposentaram antecipadamente ou subornaram comandos militares da linha dura. O resto do exército foi incorporado, promovido e recrutado para o projeto bolivariano; os altos comandos adquiriram uma participação econômica significativa no regime: entre outras coisas, o acesso aos mecanismos de controle de divisas e de tipos de câmbio foram introduzidos, originalmente como medidas temporárias, durante o fechamento do PDVSA em 2002-2003. Em segundo lugar, à medida que subiam os preços do petróleo, e com a ajuda de Cuba, Chávez driblou o Estado para colocar em marcha novos projetos nos bairros mais pobres: missões que ofereciam restaurantes sociais, atenção sanitária, educação, formação profissional e supermercados de baixo preço, frequentemente com ajuda militar. Após 2006, o governo investiu quantidades substanciais de dinheiro em vinte mil conselhos comunitários, isto é, em assembleias locais encarregadas de dar prioridade aos novos trabalhos públicos, com resultados desiguais. Essas tentativas enfrentaram obstáculos pela falta de pessoal qualificado e de experiência administrativa, o que piorou depois de 2007, quando Chávez rompeu com os antigos quadros de La Causa Radical (La Causa R), o principal agrupamento de esquerda da Venezuela, e voltou-se para uma política – o “socialismo do século XXI” – de nacionalizações *ad hoc*, na falta de uma estratégia industrial coerente, de um plano de gestão operária ou de um plano de investimentos. A política exterior, ao contrário, foi relativamente fácil de orientar. Caracas tomou a dianteira em matéria de integração regional, unindo Cuba, Bolívia, Equador, Nicarágua, Honduras e mais meia dúzia de Estados insulares do Caribe na *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA). Foram postos em marcha projetos para uma moeda regional, o sucre, um fundo monetário, o Banco do Sul, e um canal de televisão radical latino-americano, o Telesur.

Em resumo: Chávez e sua equipe conseguiram superar ou contornar as “seletividades estratégicas” do Estado petrolero venezuelano em condições que haviam visto o colapso da velha elite política. A resistência situava-se fora do Estado, no movimento estudantil e na oposição respaldada pelos Estados Unidos. A contradição do regime residia na relação de dependência da Venezuela para com o mercado mundial, uma relação que não soube controlar. Uma vez que os preços do petróleo começaram a baixar, o mecanismo dos tipos de câmbio – já por si só um poço de corrupção – impôs distorções grotescas ao fluxo de importações, criando um mercado negro ilegal e uma economia ilegal com controle de preços abalada pela escassez: uma situação cuja solução está para além do engenho do desafortunado sucessor de Chávez.<sup>12</sup>

## **Bolívia: descolonização?**

Menos povoada e muito mais pobre do que a Venezuela, na Bolívia as divisões etnogeográficas eram mais acentuadas e só haviam sido “modernizadas” pela metade: um pequeno grupo de famílias ricas, de pele clara, da agroindústria e bancária no topo, estabelecidas com suas fortunas nas terras baixas orientais em torno de Santa Cruz de la Sierra, nas antigas cidades coloniais ou no distrito Zona Sur de La Paz; camadas intermediárias de trabalhadores mestiços e uma pequena burguesia indígena incipiente (caminhoneiros, comerciantes, construtores e trabalhadores do setor imobiliário) nas economias informais das zonas recentemente urbanizadas, como El Alto; e na base, um substrato de agricultores de subsistência andinos. Apesar da convulsão popular de 1952, o Estado que surgiu na década de 1980 da ditadura de Banzer reproduziu as características oligárquicas do século XIX em sua forma liberal-democrática. O poderoso Senado deu um peso desproporcional às regiões orientais em relação a suas populações. O Congresso funcionava como um colégio eleitoral de fato, com o poder de eleger o presidente caso nenhum dos candidatos conseguisse maioria absoluta. As coalizões entre os partidos – Movimiento

---

<sup>12</sup> Para uma análise mais detalhada, ver BUXTON, Julia. Venezuela depois de Chávez, *NLR* 99, julho-agosto, 2016.

Nacionalista Revolucionario (MNR), Acción Democrática Nacionalista (ADN) e o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) (em suas origens de esquerda) – colaboraram para selecionar os descendentes ricos da elite agrofinanceira, sendo o de Gonzalo Sánchez de Lozada um caso paradigmático nesse sentido. Esse estrato fechou as minas de estanho andinas, um centro histórico de militância operária, e logo procedeu a enriquecer-se vendendo ativos estatais: o gás, o petróleo, as telecomunicações, a eletricidade, as ferrovias ou a água.

O resultado involuntário foi uma mudança no equilíbrio de forças sociais, já que os programas de privatização respaldados pelo FMI provocaram as mobilizações massivas das guerras do gás e da água, lideradas por setores da maioria indígena da Bolívia que, por muito tempo excluída, agora se unia atrás do Movimiento al Socialismo (MAS). Assim, a vitória presidencial de Evo Morales em 2005 na direção do MAS contou com o respaldo de uma organização de massas mais forte do que aquela que havia apoiado Chávez, temperada por anos de protestos militantes e bloqueios onipresentes nas notícias televisivas, experimentada na expulsão de dois presidentes e endurecida diante das balas de Sánchez de Lozada.<sup>13</sup> Do ponto de vista das relações exteriores, podia contar com diversos graus de apoio por parte dos governos de esquerda no poder em Caracas, Havana, Buenos Aires, Brasília e Quito. Ao mesmo tempo, embora moral e politicamente desacreditada, a casta governante boliviana não havia sofrido uma derrota na escala da elite petroleira venezuelana. Segura em seus bastiões regionais, controlava ainda o Senado e cinco das nove prefeituras regionais depois de 2005, assim como os meios de comunicação e o sistema bancário.

A visão estratégica de Morales procede da Agenda de Outubro de 2003 do movimento de massas. Partia da descrição do edifício político da Bolívia como uma relíquia da Espanha colonial, comparável ao *apartheid*, que exigia a eleição de uma Assembleia Constituinte que desenhasse o novo Estado. Segundo as palavras de Morales em 2003: “Queremos refundar o país, a política, a democracia, com nossas próprias mãos”, para a renacionalização da riqueza em hidrocarboneto e para que Sánchez de

<sup>13</sup> Ver HYLTON, Forrest, e THOMSON, Sinclair. El arco iris a cuadros, *NLR* 15, noviembre-diciembre, 2005.

Lozada seja levado à justiça pelo massacre de manifestantes. Uma vez no cargo, o governo de Morales negociou rapidamente contratos mais vantajosos com as companhias estrangeiras de gás e outorgou um grande aumento salarial ao exército, oferecendo treinamento de oficiais para as camadas indígenas mais amplas e programas de educação para os novos recrutas. Suas tentativas de acabar com a extorsão e a corrupção deram lugar a um motim; o governo retrocedeu, mas a oposição aproveitou a oportunidade para forjar vínculos mais estreitos com a polícia. A parcialidade do Estado na burocracia também operou contra os recém-nomeados ministros de Morales, muitos dos quais de origem indígena e, em boa parte, mulheres. A nova empresa pública de água estava repleta de ineficiências.

A resistência mais sistemática focou sua atenção no sistema político. Em uma luta de dois anos em torno da Constituição, a oposição conservadora assediou e boicotou alternadamente a Assembleia Constituinte eleita, insultou sua presidência indígena, mobilizou as correntes separatistas das regiões orientais, lançou uma ruidosa campanha – que na realidade era uma cortina de fumaça – para mudar a capital para Sucre e serviu-se de seu controle do Senado para impor uma maioria de dois terços na votação de cada artigo da Constituição. O resultado foi um compromisso. Em termos retóricos, a Constituição proclama uma república plurinacional baseada nos direitos sociais e no respeito à cultura indígena, com o arco-íris quadriculado da *Wiphala* ondulando junto à bandeira nacional. Mas, em termos substanciais, a reforma agrária foi esterilizada para que não se aplicasse às explorações existentes. Manteve-se a desproporção do Senado, com quatro senadores para cada um dos nove departamentos da Bolívia, independentemente da densidade populacional. Apesar de a curto prazo o sistema eleitoral favorecer Morales, o forte componente majoritário e os assentos no Congresso complementados de acordo com o tamanho do voto presidencial davam lugar a uma representação distorcida do voto, que podia igualmente beneficiar um candidato direitista. Ao concentrar os poderes em torno de um presidente carismático, o sistema intensificou a dependência do MAS da figura de Morales, refém de seu próprio destino, dado que estava limitado constitucionalmente a dois mandatos.

O pacto estatal resultante era uma acomodação temporal. Uma vez bloqueada toda reforma agrária significativa, a agroindústria pôde

concentrar-se em expandir a produção de soja para o insaciável mercado pecuário chinês. Enquanto isso, a elite tradicional aguardava o final de Morales no cargo, irritada com a presença ostensiva de uma nova classe média indígena nos centros urbanos, à medida que o aumento dos rendimentos provenientes do gás impulsionava o auge da construção. Entretanto, a aliança militante por trás do MAS dividiu-se em interesses setoriais, alguns incorporados ao regime cada vez mais complacente, outros afastados dele na medida em que o crescimento desacelerou. Quando utilizou a maquinaria jurídica para anular o plebiscito de 2016 que se opunha a estender a limitação de mandatos para Morales, o governo revelou sua fraqueza. Ainda que Morales tenha ganhado no primeiro turno as eleições presidenciais de 2019 (a investigação da Organização dos Estados Americanos não encontrou nenhum problema com o resultado oficial, unicamente com a “contagem rápida” não oficial), o equilíbrio político se havia inclinado contra ele.<sup>14</sup> Para a destituição de Morales, a oposição contava com um apoio institucional substancial dentro do Estado (a polícia, as prefeituras, o Tribunal Constitucional e, em última instância, o alto comando militar) e com protestos massivos fora do Estado, rapidamente tornados hegemônicos pela extrema direita, assim como com o apoio da OEA e da Casa Branca. Em resumo: por meio de sucessivas maiorias eleitorais, o governo de Morales conseguiu uma reforma parcial do Estado, canalizou recursos para os pobres e transformou a cultura oficial da Bolívia. Mas deparou-se com uma resistência institucional significativa, e, com as mãos atadas por seus próprios erros, foi incapaz de superá-la e dominá-la.

## Equador: modernização tecnocrática de esquerda

Para o Equador, assim como para a Bolívia, o restabelecimento da democracia formal após a corrupta ditadura militar da década de 1970 foi acompanhado do aumento da tutela e dos tipos de interesse do FMI. Apesar das ferozes lutas internas da elite política equatoriana, dilacerada

<sup>14</sup> Para mais informações sobre o informe da OEA, ver LONG, Guilherme; ROSNICK, David, KHARRAZIAN, Cavan; CASHMAN, Kevin. What happened in Bolivia's 2019 vote count. The role of the OAS electoral Observation Mission, *CEPR*, Washington DC, novembro de 2019.

por rivalidades regionalistas e aparelhamento personalista de partidos, cada um dos sucessivos governos implementou as mesmas políticas do anterior, até chegar à devastadora crise econômica de 1999, após a qual o governo de centro-esquerda de Mahuad adotou o dólar estadunidense como moeda nacional do Equador, vinculando o destino do país aos tipos de interesse fixados em Washington DC. Do mesmo modo que a Bolívia, os protestos contra essa elite egoísta representaram a entrada em cena de novas forças: em meados da década de 1990, as organizações indígenas da Amazônia, Serra central e Costa do Pacífico forjaram uma grande confederação, a Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE). Entre 1996 e 2005, os protestos de massas e a insatisfação dos eleitores provocaram a expulsão de sete presidentes, nenhum dos quais terminou seu mandato, e quatro deles foram acusados de corrupção. Contudo, as forças neoliberais (grupos indígenas, trabalhadores do transporte, estudantes, soldados, redes de vizinhança) também estavam fragmentadas. A CONAIE patrocinou uma frente eleitoral, Pachakutik, que obteve oito cadeiras nas eleições de 2003 e incorporou-se ao governo de um coronel supostamente radical, Lucio Gutiérrez, que, uma vez no poder, virou a casaca e começou a aplicar as restrições do FMI, apenas para ser deposto por um levante popular em 2005, que deixou a direção do Pachakutik dividida e desmoralizada.

Rafael Correa não conseguiria unir tais forças – a ala partidária de Gutiérrez do Pachakutik se opôs a ele desde o começo –, mas também não capitulou diante das normas neoliberais. Diferentemente de Chávez ou de Morales, Correa era um intelectual com um doutorado em Economia pela Universidade de Illinois. Forasteiro na cena política, havia escrito artigos para o efêmero sucessor de Gutiérrez e nessa base foi convidado a converter-se em ministro da Economia, em que deixou sua marca ao enfrentar-se com o FMI. A *Alianza País*, organização que fundou com o economista Ricardo Patiño para disputar as eleições presidenciais de 2006, era uma coalizão informal, não um partido, e seus congressistas foram propensos a mudar de lado. Em comparação com Chávez e Morales, Correa governava como um tecnocrata. Seu programa, contudo, era inspirado pelos movimentos populares, que defendiam o fim das políticas neoliberais. Uma Assembleia Constituinte eleita para esse fim redigiu uma nova Constituição plurinacional, aprovada em 2008, que consagrava os direitos indígenas e a soberania nacional unicameral sobre os recursos naturais,

além de rejeitar as bases militares estrangeiras. O sistema eleitoral para a nova Assembleia Nacional unicameral combinava os distritos de voto majoritário e a proporcionalidade das listas abertas; os enfrentamentos entre o poder legislativo e o executivo se resolveriam mediante a cláusula da “morte cruzada”, isto é, mediante eleições gerais.

À diferença da disputa constitucional boliviana, as resistências ao governo de Correa se agravaram uma vez que a nova Constituição foi ratificada democraticamente, ou seja, quando o que estava em causa era a sua implementação. As tentativas de reestruturar a Administração pública se viram frustradas por disputas burocráticas internas. A renacionalização das obras hidráulicas foi bloqueada no Congresso pelas demandas indígenas das comunidades locais para que fossem as únicas a supervisioná-las. Em setembro de 2010, uma tentativa de limitar as medalhas e bonificações outorgadas automaticamente à polícia – pela instância do Congresso e não do Palácio Carondelet – foi recebida com um motim por parte da polícia e da Força Aérea, cujos membros ocuparam a Assembleia Nacional e os aeroportos internacionais de Quito e Guayaquil, para logo estender o tumulto às cidades provinciais. Correa foi detido brevemente como refém quando se dispunha a dirigir-se aos oficiais rebeldes, sendo logo resgatado por seus partidários e pelos militares. Na semana seguinte, o governo anunciou um aumento de salário para a polícia.

Mais surpreendente foi o êxito de Correa e Patiño na reorganização do Ministério da Economia e Finanças, de onde o Banco Central foi posto sob o controle democrático, com instruções para que empregasse suas reservas como baluarte contra a crise financeira de 2008, enquanto se insistia com os bancos nacionais para que repatriassem em torno de 60% de seus ativos. Patiño iniciou uma auditoria da dívida nacional, abrindo os livros para desvelar os termos dos empréstimos que os bancos internacionais haviam arrancado dos líderes do país desde 1976, cancelou unilateralmente aqueles considerados ilegítimos e negociou uma redução de dois terços do resto. O pagamento da dívida havia consumido 40% do orçamento nacional do Equador, uma quantia que era o triplo do que se gastava em bem-estar social; agora essa proporção havia sido invertida, e o FMI foi mandado de volta para casa.

O gasto público foi canalizado para rodovias, escolas e hospitais, com a finalidade de tornar real o direito constitucional à assistência

médica e à educação, gratuitas e universais; entre 2005 e 2015, os níveis de pobreza caíram de 42% para 25%. Uma política econômica soberana foi acompanhada de independência diplomática, com Patiño à frente como chanceler desde 2010. O Equador tornou-se membro de primeira linha da ALBA e das demais instituições da aliança bolivariana; ofereceu refúgio em sua embaixada em Londres a Julian Assange, cujas revelações no *Wikileaks*<sup>15</sup> incluíam informes sobre as relações do embaixador dos Estados Unidos com os meios de comunicação equatorianos.<sup>16</sup>

O Equador não voltou a adotar uma moeda nacional soberana e foi duplamente golpeado pela queda dos preços do petróleo e pelo fortalecimento do dólar em 2015-2016, golpes parcialmente mitigados pelos empréstimos da China. Na ocasião, o vice-presidente de Correa, Lenín Moreno, apresentou-se para sucedê-lo. Uma vez no cargo, Moreno não tardou a reverter a situação para voltar ao *status quo ante*: retomou as privatizações, fez cortes nos programas de proteção social, assim como no setor público, e deu novamente as boas-vindas a Quito ao FMI, que foi recebido com fortes protestos em setembro de 2019. Em resumo, o governo de Correa enfrentou uma oposição política considerável, tanto de direita quanto de esquerda: os magnatas do banco e os meios de comunicação, que foram contra ele desde o princípio, e setores da CONAIE. Isso se traduziu em parte em resistência institucional. Contudo, Correa conseguiu mobilizar uma equipe econômica mais capaz do que a de Chávez; enquanto permaneceu no poder, teve certo êxito na hora de orientar a política estatal para uma direção mais igualitária. Porém, uma vez mais, a dependência eleitoral de uma figura solitária, carismática e comprometida fez de tudo isso algo efêmero.

## Argentina: peronismo de esquerdas renovado

A Argentina, uma sociedade mais rica e urbanizada do que a Bolívia ou o Equador, sofreu um colapso econômico ainda mais dramático do que o da Venezuela. À medida que o desemprego aumentava e grupos

<sup>15</sup> <<https://wikileaks.org/>>

<sup>16</sup> Ver entrevista com Rafael Correa, *La vía del Ecuador*, NLR 77, noviembre-diciembre, 2012.



de desempregados organizavam barreiras nas rodovias para exigir mais apoio do governo, os governos de Menem (1989-1999) e de De la Rúa (1999-2001) limitaram-se obstinadamente a seguir as receitas do FMI, bloqueando em última instância as contas de poupança dos eleitores para defender a paridade peso-dólar. No ponto culminante da crise, famílias esfomeadas, os catadores de lixo, exploravam os subúrbios de Buenos Aires em busca de papelão para vender. Aqui a mobilização popular foi tão enérgica como na Bolívia, embora, em seu apogeu, as assembleias de bairro da Argentina, as cozinhas comunitárias, os clubes de permuta, as fábricas recuperadas e administradas pelos trabalhadores e as intervenções contraculturais provavelmente abarcassem uma gama social mais ampla. O mais alarmante para a elite argentina era que o alvo das mobilizações eram os líderes políticos em seu conjunto: o famoso grito das multidões que assediavam a Casa Rosada dizia: *¡Que se vayan todos!* [Vão todos embora!].

A crise do sistema bipartidário pôs em evidência o julgamento da legitimidade do Estado presidencialista surgido da ditadura militar de 1976-1983. Como máquina eleitoral, o partido mais forte era o Partido Justicialista, lançado por Perón em 1945, com o apoio dos sindicatos da CGT como força nacional popular que desviaria os benefícios agrícolas para o crescimento industrial interno, em oposição ao liberalismo oligárquico. Mas o PJ havia sofrido uma conversão oportunista: ao assumir o cargo no ponto máximo da hiperinflação posterior à ditadura, o líder peronista Carlos Menem havia abarrotado o Tribunal Supremo de Justiça de comparsas, e havia recorrido aos poderes emergentes para impulsionar uma agenda neoliberal que durante um tempo varreu tudo o que tinha pela frente, assumindo o mesmo programa do capital internacional contra o qual o PJ havia sido fundado. Revertendo os tímidos passos que haviam sido dados para levar a Junta Militar à justiça, Menem libertou os torturadores da prisão. Dez anos depois, quando a economia desabou, os eleitores repudiaram os restos apodrecidos do peronismo e levaram ao poder a coalizão liberal encabeçada pelo Partido Radical de De la Rúa, para depois desalojá-lo, quando ele também demonstrou não ser melhor, no levante geral de dezembro de 2001.

Coube ao Congresso, controlado pelo PJ, nomear um presidente interino para supervisionar a desvalorização do peso. Político da velha

escola, Eduardo Duhalde era da província de Buenos Aires, na qual em muitos distritos a máquina do PJ formava um amálgama virtual com o Estado e onde se trocavam presentes por votos em bloco ou de quarteirão. Mas os peronistas estavam fortemente divididos, a ponto de, nas eleições de 2003, haver três candidatos do PJ, incluindo o próprio Menem. Néstor Kirchner, o pouco conhecido governador da província patagônica de Santa Cruz, teve por vantagem o suspeito apoio de Duhalde; muito mais do que Correa – para não falar em Chávez ou Morales –, Kirchner era um homem do aparato, um grande conhecedor do sistema partidário.

Entretanto, uma vez na Casa Rosada, Kirchner rompeu definitivamente com o *status quo* anterior. Denunciou a desastrosa adoção, por parte de Menem, de um programa que privilegiava os grandes conglomerados e os credores internacionais – o “capitalismo abutre” – por cima das necessidades nacionais. Em uma série de anúncios eletrizantes, suspendeu quase a metade do comando militar, implicado nos crimes da guerra suja, e exortou o Congresso a anular as leis que os protegiam da justiça. Despediu 52 comissionados da polícia federal e pôs em marcha uma campanha contra a criminalidade e a corrupção no corpo policial. Kirchner canalizou a repulsa popular contra o Tribunal Supremo de Menem e suas práticas de compra e venda de votos apelando para a sua destituição e permitiu o escrutínio dos candidatos por parte dos organismos de direitos civis. Iniciou a renacionalização das empresas de água, correios e ferrovias, ampliou os subsídios para o transporte público, o combustível e os alimentos, assim como os subsídios para os (ou as) chefes de famílias desempregados(as), atraindo os líderes piqueteiros para a administração do programa. A política macroeconômica se basearia no princípio de que os pagamentos de juros aos credores estrangeiros não deveriam pôr em perigo o crescimento interno: “Não pagaremos a dívida à custa da fome e da exclusão dos argentinos”, disse Kirchner ao Congresso em março de 2004. Rejeitou o pedido do FMI de um aumento das tarifas dos serviços públicos e insistiu em objetivos fiscais mais baixos, equilibrando assim as taxas de crescimento interno. Quanto aos detentores de bônus estrangeiros, a Argentina se agarrou firmemente à sua oferta de 30 centavos por dólar sobre a dívida pendente, ao que a maioria aceitou com relutância.

A estratégia de Kirchner para superar a resistência institucional foi recorrer à televisão para explicar os obstáculos enfrentados, as

pressões de interesses particulares. No vazio moral e político deixado pelo colapso do menemismo, conseguiu encarnar brevemente as esperanças das mobilizações populares no projeto de um Estado soberano e responsável, baseado – para utilizar os termos gramscianos de Jessop – em um novo bloco de classe. A confiança e autoridade de Kirchner se baseavam em parte em sua experiência como governador de Santa Cruz, uma província pouco povoada, com uma importante força de trabalho empregada no setor público, financiada em grande medida pelos impostos locais sobre a extração de hidrocarbonetos. Mas também lançou mão dos recursos do peronismo de esquerda, e, nesse sentido, a bancarrota da classe política argentina não foi tão completa como a da Venezuela. O projeto de Kirchner não era pioneiro, do tipo daqueles que na época estavam sendo tentados por Chávez, Morales e inclusive, até certo ponto, Correa. Em vez disso, propunha-se a reconstruir a base industrial nacional e os serviços do setor público, atraindo os sindicatos e os desempregados auto-organizados, o que representava uma renovação da clássica estratégia peronista.

Fato insólito em uma economia capitalista avançada, os primeiros anos da recuperação argentina depois da crise registraram um fortalecimento da classe operária organizada. O crescimento foi liderado por setores intensivos em mão de obra, como a metalurgia, os têxteis e a construção. Embora a maioria dos novos empregos fosse informal, quase um terço deles era formal. Em comparação com os Estados Unidos, onde o 1% mais rico monopolizou todos os benefícios da recuperação, na Argentina 60% do novo crescimento destinou-se aos 30% mais ricos e 40% ao resto. As taxas de sindicalização haviam despencado no período de Menem, passando de 65% a 32% entre 1990 e 2000; em 2008 aumentaram a 37 % e superaram 45% no setor manufatureiro, construção e transporte. O resultado foi um modesto aumento dos salários e um aumento dos conflitos laborais<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Para mais dados, ver SVAMPA, Maristella. El final del kirchnerismo, *NLR* 53, noviembre-diciembre, 2008; GONZALES, Cecilia Senén, MEDWID Bárbara TRAJTEMBERG, David. La sindicalización en Argentina un debate teórico y metodológico, *Publicación del MTESS*, Buenos Aires, 2009.

Entretanto, à medida que a recuperação se consolidava e as mobilizações populares iam cedendo ou se incorporavam à administração, as normas da sociedade capitalista argentina se reafirmaram e os limites do projeto de Kirchner apareceram. Embora tenha levado a cabo uma limpeza das instituições mais comprometidas, Kirchner não tentou nenhuma renovação de raiz do tradicional Estado federalista argentino, do qual o PJ dependia em grande medida para seu clientelismo. Esse sistema outorgava muito poder político aos governadores provinciais eleitos, que eram os encarregados de elaborar as listas fechadas dos partidos para as eleições ao Congresso, organizadas de acordo com o modelo de representação proporcional de D'Hondt, que privilegiava os grandes blocos partidários. Ao mesmo tempo, o centro federal se encarregava do financiamento provincial, abrindo o caminho para a lógica de contrapartidas. Nas eleições na metade do mandato de 2005, isso representou um grande impulso para os aliados de Kirchner, mas seu apoio não se manteve quando a aliança de classes radical gerada pela crise começou a desmoronar e a oposição liberal retomou com impulsos renovados sua tradicional denúncia de que o peronismo favorecia uma classe operária *lumpen*.

Ao suceder seu esposo em finais de 2007, Cristina Fernández Kirchner acentuou a fratura – sem dúvida por conselho de Néstor – quando subiu os impostos das agroexportações a 44%. Isso, que se apresentou como uma medida peronista radical contra “a oligarquia”, impulsionou uma nova aliança entre os agricultores e os setores mais ricos da classe média urbana, num tempo em que a esquerda se distanciava do aparato político do peronismo ressurgente, com algumas fileiras ainda repletas de menemistas, bem como da crescente riqueza do casal governante. Como força radical, o kirchnerismo havia se dissipado bastante antes que a morte prematura de seu homônimo em 2020 lhe assegurasse um lugar no panteão da Argentina. Em resumo: nas condições de crise do período compreendido entre 1999 e 2003, o governo de Kirchner mobilizou os recursos reformistas tradicionais da Argentina para refundar o projeto estatal conforme as linhas antineoliberais, nacional-soberanistas e desenvolvimentistas. Seu grau de êxito pode ser medido em parte pelos desastres que acompanharam a tentativa de Mauricio Macri de restaurar o *status quo ante* entre 2015-2019, o que teve como resultado o regresso dos peronistas ao poder.

## Brasil: uma inflexão a favor dos pobres

Embora certamente dura (desemprego urbano em ascensão, salários dizimados, a dívida e os pagamentos de juros descontrolados, uma forte desvalorização da moeda etc.), a crise neoliberal do Brasil nos finais da década de 1990 não foi tão dramática como na Argentina ou na Venezuela. Não houve, no Brasil, levantes populares contra as privatizações ou a austeridade, como na Bolívia e no Equador, nem crise de regime ou colapso do sistema de partidos. O PT havia sido forjado durante um período anterior de militância sindical e já governava uma série de cidades, incluindo Porto Alegre, onde havia introduzido um orçamento participativo; as eleições de 2002 foram a quarta tentativa de Lula para ganhar a Presidência. O equilíbrio de forças não era propício: embora Lula tenha derrotado o sucessor de Cardoso com uma diferença de 61% a 39%, o PT ganhou menos de um quinto das cadeiras do Congresso, que estava dominado por deputados de pequenas cidades do interior e por partidos de centro-direita. O Estado que presidia era, em muitos aspectos, um descendente direto de Pedro II, embora transplantado à luz e ao ar do Planalto de Oscar Niemeyer. A Constituição de 1988 inclinou o poder para o Congresso e os governadores dos estados, que contavam com sua própria polícia militar. Os grandes distritos eleitorais, representados proporcionalmente, e o sistema de votação de listas abertas favoreciam os candidatos bem anunciados (e bem financiados) perante os partidos. Diferentemente da Argentina, depois da ditadura não foram tomadas medidas para levar os torturadores aos tribunais; o Supremo Tribunal chegou inclusive a decidir que a lei da anistia era o fundamento da democracia brasileira.

O PT havia lutado outrora para transformar o Estado, mobilizando-se junto com o resto da oposição à ditadura em favor de eleições diretas – *Diretas já* –, mas em 2002 já havia se adaptado às normas políticas do Brasil. Ao assumir o cargo, a visão estratégica de Lula foi conciliadora: modificando seus clamores apaixonados aos oprimidos, adotou o lema “Paz e amor” e assinou uma “Carta aos brasileiros” em favor do mercado. Durante dois anos, seu governo se manteve fiel ao duro programa do FMI legado por Cardoso, enquanto o crescimento se interrompia e o desemprego aumentava. Com a vã esperança de assegurar para o Brasil um posto no Conselho de Segurança da ONU, agradando a Bush e a Chirac, o governo do PT reequipou e enviou o exército ao Haiti para destruir a resistência das favelas depois que os

Estados Unidos destituíram o presidente eleito, Jean-Bertrand Aristide. A fim de aprovar a legislação no Congresso, os empreendedores de Lula pagaram aos deputados corruptos do interior 7 mil dólares por mês por seus votos, o que estava alinhado com o pragmatismo que caracterizava o PT. “Governar é negociar”, segundo Lula explicava em *A verdade vencerá* (2018): “você negocia um acordo com quem estiver no Congresso, sejam ladrões ou não”<sup>18</sup>.

Em 2005, o escândalo de pagamentos mensais estourou na imprensa, que em sua maior parte era raivosamente hostil ao PT. Mas então Lula decidiu começar a fazer campanha e virou à esquerda. A economia se recuperou, impulsionada pelas exportações de minério de ferro e soja para a China, e o governo pôs em marcha um programa para elevar o nível de vida dos pobres – Bolsa-família, crédito familiar, salário mínimo, pensões para idosos – e ampliar a educação. Encorajados pelo êxito de Kirchner na Argentina, agora os discursos de Lula contrapunham o enfoque do PT em favor dos pobres às privatizações impopulares de Cardoso, apesar de seu próprio governo estar mais centrado em aumentar as receitas privadas do que em melhorar os serviços públicos. Nas eleições presidenciais de 2006 Lula saiu com 61% e seus índices de avaliação beiravam 80% quando passou o bastão para Dilma Rousseff em 2010. Sem confrontar abertamente Washington, Lula adotou uma linha mais independente em matéria de integração regional, desenvolveu cálidas relações com os demais países de esquerda e depois da crise financeira de 2008 uniu-se a outros líderes do BRIC para reivindicar uma moeda de reserva global distinta do dólar. Novas jazidas petrolíferas em frente à costa, administradas pelo gigante energético público-privado Petrobras, abriram a perspectiva de uma riqueza deslumbrante para os brasileiros. De uma posição aparente de força, o PT finalmente obteve uma maioria no Congresso selando uma coalizão com a oposição do PMDB, em troca de vários ministérios e postos naquela instituição.

Entretanto, a estratégia de adaptação pacífica e pragmática do PT o deixou sem defesas quando seus inimigos políticos, à medida que a economia piorava após 2015, aproveitaram a oportunidade para mobilizar

---

<sup>18</sup> O autor não cita especificamente a passagem na referida publicação (*A verdade vencerá. O povo sabe por que me condenam*. São Paulo: Boitempo, 2018) da entrevista exclusiva de Lula aos jornalistas Juca Kfoury e Maria Inês Nassif, ao professor de relações internacionais Gilberto Maringoni e à editora da Boitempo Ivana Jinkings (Nota da tradutora).

as instituições do Estado contra ele. O poder judiciário, que investigava a corrupção na Petrobras, concentrou-se – tal como revelaria o *Intercept* – em encarcerar Lula, apesar de o juiz Sérgio Moro e o procurador Deltran Dallagnol assinalarem extraoficialmente que careciam de provas incriminatórias. Enquanto esteve no poder, o PT não se havia preocupado em organizar sua enorme base de eleitores entre os pobres (e os 40 milhões de pessoas que ele tinha ajudado a escapar da pobreza), que era agora ultrapassada nas ruas por manifestações de milhões de pessoas capturadas pela extrema direita. Liderados pelo vice-presidente de Dilma, Michel Temer, do PMDB, e com o apoio dos chefes do exército, a maioria do Congresso voltou-se contra o executivo e desalojou Dilma do poder em abril de 2016, à espera de julgamento de sua destituição pelo Senado. O Supremo Tribunal anulou o direito constitucional de Lula ao *habeas corpus* e aumentou de nove para doze anos a pena de prisão preventiva que lhe haviam imposto em apelação, e só mudou o curso quando as provas contra o *modus operandi* de Moro tornaram-se por demais flagrantes para serem ignoradas<sup>19</sup>.

Em resumo: num paradoxo amargo, a estratégia conciliadora do PT em relação ao Estado havia contribuído em 2019 para o pior dos desenlaces políticos na América Latina, com Lula na prisão e o ultradireitista Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada. Os antecedentes de Bolsonaro devem ser buscados no obscuro reino onde a coerção, a lei e o dinheiro se põem de acordo: a polícia paramilitar e as milícias do estado do Rio de Janeiro, forças que atacaram e assassinaram destacados líderes populares, como Marielle Franco.

## Resultados e perspectivas

No ciclo geral da esquerda na América Latina, cada uma destas cinco práticas estratégicas foi distinta uma da outra. Na Venezuela, uma tentativa de golpe militar foi derrotada pela mobilização de massas e as relações entre o governo e o exército se reverteram para dar lugar a um *bolivarismo*

---

<sup>19</sup> Ver GENTILI, Pablo (ed.). *Golpe en Brasil: genealogía de una farsa*. Buenos Aires: Clacso, 2007; POWER, Carol et al. (eds.). *Crónica de una sentencia anunciada*, Buenos Aires, 2018.

armado. Na Bolívia, um movimento anticolonial de massas chega ao poder. No Equador, temos um projeto de modernização tecnocrática pilotado pela esquerda. Na Argentina, o trabalhismo peronista se revitalizou. No Brasil, falamos de uma tentativa de pacto com o sistema em favor dos pobres. Em termos políticos, seus resultados podem ser avaliados em função da simples duração – um critério clássico do Estado – e dos efeitos socioeconômicos. No que diz respeito ao primeiro dos critérios, o projeto radical de Chávez demonstrou, paradoxalmente, ser mais eficaz e duradouro do que todos os demais. A última tentativa da OEA de comprar o comando militar e instalar o líder opositorista não eleito Juan Guaidó em Miraflores se esfumou em maio de 2019. Um alto oficial perguntou: “Achem que somos mercenários?” Contudo, os resultados socioeconômicos foram nefastos. A determinação do regime de impor controles de câmbio em condições de dependência do mercado petrolífero e das importações – e contra o conselho dos principais economistas de esquerda – foi desastrosa. Os governantes da Venezuela permitiram que esse fracasso se convertesse no ponto de referência demonizado – o epítome de uma visão contra-hegemônica – para as forças do conservadorismo.

Em termos de progresso socioeconômico, talvez os maiores avanços tenham sido vistos na Bolívia e na Argentina; mas, em ambos os países, a falta de durabilidade – devida ao personalismo em La Paz e a uma frágil coalizão de classes na Argentina – pôs em dúvida esses avanços. No momento em que escrevo este artigo, a direita está travando uma contrarrevolução na Bolívia, sob a direção temporária de Jeanine Añez, cujos gestos virulentamente racistas e reacionários alarmaram inclusive a OEA. Na Argentina, a tentativa de Macri de impor novamente o neoliberalismo terminou com sua eliminação eleitoral e com o regresso ao poder de Cristina Fernández Kirchner e seu ex-chefe de gabinete Alberto Fernandez.

Em termos analíticos, pode ser útil examinar as operações dos governos de esquerda por meio das quatro dimensões do que Michael Mann chamou de “poder infraestrutural”: lei, coerção, dinheiro e conhecimento. A lei aqui pode ser tomada como referência ao poder legislativo e ao sistema judiciário, mobilizados contra Dilma no Brasil, mas também ao próprio processo constituinte, que pode servir – como na Venezuela em 1999 – como um processo de educação política. A coerção denota as



forças militares e de segurança e suas alas de inteligência, em escala nacional; porém o poder imperial dos Estados Unidos não esteve ausente nesta história – aplacado e promovido pelo envio do exército brasileiro ao Haiti por parte de Lula – como tampouco as intervenções na Bolívia e na Venezuela, vindas de cima, por meio da OEA e outras instâncias. Aqui o dinheiro se refere em primeiro lugar ao mercado mundial e às instituições financeiras internacionais, que sempre penalizam o gasto social e fortalecem assim a tendência favorável à classe dominante.

O conhecimento neste contexto tem dois significados distintos, embora relacionados. O primeiro tem a ver com a experiência administrativa e política, uma área em que são mais evidentes as tendências seletivas de classe dos Estados latino-americanos, conformados por uma história de duzentos anos de hierarquias sociais, que outorgam a uns poucos o acesso à educação e o prestígio, poderosas redes familiares, a compreensão dos processos legislativos, o acesso social ao alto comando militar e, não menos importante, o capital simbólico de saber falar, atuar e vestir-se como portadores de uma subjetividade elitista. Os funcionários do Estado podem ter tanto *esprit de corps* quanto suas próprias agendas pessoais, partidárias ou regionais; passam facilmente, graças às portas giratórias dos altos cargos ministeriais, às luxuosas coberturas do setor privado. Os governos radicais da América Latina tiveram sérias dificuldades para recrutar um novo tipo de servidor público que compreendesse o papel inovador de um Estado popular democrático.

O segundo significado que o conhecimento tem aqui se refere ao “sentido comum” das ideologias geralmente aceitas: implica o poder de construir uma narrativa que faz com que os vieses seletivos da lei, a coerção e o dinheiro pareçam legítimos. Em sociedades profundamente saturadas pelas imagens e significados dos meios audiovisuais, estes últimos controlam um enorme poder para fixar a agenda e apresentar a informação de uma maneira seletiva. Quem controla o topo desses conglomerados midiáticos hierárquicos – proprietários, diretores, diretores executivos – controla a mensagem. Aqui a mão invisível não é a do mercado. Uma orquestra silenciosa afina seus instrumentos tratando de adivinhar quais melodias são necessárias, embora talvez pensando também em quem pudesse contratá-los ou despedi-los, exigir deles um favor pago, convidá-los para almoçar ou para passar férias com favores sexuais incluídos em

algum lugar glamoroso junto à praia. A invenção democrática requer, como Gramsci sabia, um sentido comum diferente, uma nova educação e formas inovadoras de liderança e identidade popular. Para isso, os governos radicais necessitam ter acesso aos novos meios de comunicação e ao pensamento crítico autônomo.

Lei, coerção, dinheiro, conhecimento: o domínio dessas quatro dimensões é o requisito prévio para o uso efetivo do “poder infraestrutural” do Estado. Na Venezuela, o chavismo conseguiu até agora manter o apoio do Exército e inicialmente dirigiu os processos constituintes e legislativos, poderes que se perderam nas eleições à Assembleia Nacional de 2016. Porém o conhecimento especializado que o Estado pôde reunir foi cada vez mais débil e o chavismo fracassou notoriamente na administração da esfera do dinheiro. Na Bolívia, a oposição da direita lutou contra o governo do MAS até deter o processo constituinte e manteve a lealdade do alto comando treinado em Fort Benning, se bem que tenha requerido a intervenção da OEA para derrotar Morales. Contudo, o MAS conseguiu alguns êxitos nos âmbitos financeiro – canalizando a arrecadação dos impostos sobre os hidrocarbonetos para os pobres das zonas urbanas e rurais – e cultural, que não serão esquecidos tão cedo. No Equador, o governo de Correa reuniu um impressionante caudal de conhecimento especializado para auditar a dívida e assim controlar o âmbito financeiro; mas dar uma resposta efetiva aos meios de comunicação corporativos ou às forças armadas estava fora de seu alcance. Na Argentina, Kirchner conseguiu até certo ponto limpar o poder judicial da corrupção e impor o império da lei aos torturadores militares anistiados (a sorte de Julio López, um trabalhador que devia testemunhar contra um conhecido chefe de polícia de Buenos Aires, chefe de um centro de detenção secreto da Junta Militar, mostrou onde esses limites ainda se encontram). Apesar de menos avanços no campo do conhecimento – o domínio dos meios de comunicação por parte do conglomerado Clarín segue sendo inviolável – Kirchner também enfrentou o FMI, demonstrando certo controle sobre esse âmbito do dinheiro.

No Brasil, que contava com a maior, mais antiga e mais dispersa classe dominante do continente, apoiada em hábitos de deferência arraigados durante séculos de escravidão, os governos do PT lutaram para impor o controle em todas essas quatro dimensões. Entretanto, inclusive

no Brasil, onde o avanço progressista sofreu a pior derrota do continente sob Bolsonaro, os legados do ciclo de esquerda não desapareceram por completo. As tentativas de reiniciar o programa de neoliberalização geraram ondas de protestos desde a Argentina até o Equador. Como argumentou Nicos Poulantzas em *L'État, le pouvoir, le socialisme*, a transição ao socialismo “não pode terminar com a tomada do poder estatal, mas deve estender-se à transformação do aparato do Estado”<sup>20</sup>. A isso podemos acrescentar: com a presença permanente da cidadania nas ruas, para que o salto estratégico das elites (uma vez que perdeu a ponta da pirâmide) de um setor do Estado para outro – do poder judiciário à Igreja, da polícia ao exército, dos tribunais constitucionais às câmaras altas do parlamento, das universidades aos meios de comunicação – visando bloquear a mudança democrática possa ser evitado e derrotado de maneira decisiva.

## Referências bibliográficas

BUXTON, Julia. Venezuela después de Chávez, *NLR* 99, julio-agosto de 2016.

GENTILI, Pablo (Ed.). *Golpe en Brasil: genealogía de una farsa*, Buenos Aires: Clacso, 2017.

HYLTON, Forreso; THOMSON, Sinclair. El arco iris a cuadros, *NLR* 35, noviembre-diciembre de 2005.

JESSOP, Bob. *The State: Past, Present, Future*. Cambridge: Polity Press, 2016.

JESSOP, Bob. *State Power*. Cambridge: Polity Press, 2008.

JESSOP, Bob. *The Future of the Capitalist State*. Cambridge: Polity Press, 2002.

LENIN, V. I. La revolución proletaria y el renegado Kautsky [1918]. In: LENIN V. I. *Obras Completas de Lenin*. vol. 28. Moscú: Progreso, 1974.

---

<sup>20</sup> “Porém requer, sempre, tomar o poder do Estado”. POULANTZAS, Nicos, *State, Power, Socialism*, Londres: Verso, 2000, p. 166.

LONG, Guilhame; ROSNICK, David; KHARRAZIAN, Cavan; CASHMAN, Kevin. What Happened in Bolivia's 2019 Vote Count? The Role of the OAS Electoral Observation Mission, *CEPR*, Washington DC, novembro de 2019.

POULANTZAS, Nicos. *State, Power, Socialism*. Londres: Verso, 2000. [Edição original: *L'État, le pouvoir, le socialisme*, Paris, 1978.]

POWER, Carol et al. (Eds.). *Crónica de una sentencia anunciada*. Buenos Aires, 2018.

ROJAS, René. The Latin American Left's Shifting Sands, *Catalyst*, v. 2, n. 2, verão de 2018.

SADER, Emir. América Latina, ¿el eslabón más débil?, *NLR* 52, septiembre-octubre de 2008.

SÉNEN GONZÁLEZ, Cecilia; MEDWID, Bárbara; TRAJTEMBERG, David. La sindicalización en Argentina: un debate teórico y metodológico, *Publicación del MTESS*, Buenos Aires, 2009.

SILVA, Eduardo; ROSSI, Federico (Eds.). *Reshaping the Political Arena in Latin America: From Resisting Neoliberalism to the Second Incorporation*. Pittsburgh (PA): University of Pittsburgh Press, 2018.

SVAMPA, Maristella, El final del kirchnerismo, *NLR* 53, noviembre-diciembre de 2008.